



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU
GABINETE DA PREFEITA**

JUSTIFICATIVA

**Excelentíssimo(a) Senhor(a) Presidente(a) da Câmara de Gararu,
Senhores Vereadores.**

Submeto à apreciação de V. Exa. Projeto de Lei que visa regulamentar o §3º do art. 57 da Lei Municipal n.º 647/2017, instituindo uma fonte específica e contínua de recursos para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), através da destinação de 0,5% (meio por cento) das receitas provenientes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) arrecadadas pelo Município. Essa medida se torna indispensável ao enfrentarmos a realidade do custeio necessário para o funcionamento e as atividades promovidas pelo FMDCA, que visam garantir direitos essenciais e promover o bem-estar das crianças e adolescentes, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Lei n.º 647/2017, em seu art. 57, §3º, determina que o FMDCA seja constituído por diversas fontes de receita, entre elas as provenientes dos impostos municipais. No entanto, a legislação vigente não especifica um percentual fixo do ISS que o Município deve destinar ao FMDCA, o que torna o financiamento deste fundo dependente de alocações discricionárias e sujeitas a variações orçamentárias. Esta falta de definição percentual pode resultar em recursos insuficientes para que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) execute suas políticas de maneira contínua e efetiva.

Com a estipulação do percentual de 0,5% do ISS, pretende-se garantir que o FMDCA disponha de uma fonte de custeio segura e condizente com as demandas crescentes na área de proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes. Esse recurso permitirá ao CMDCA o planejamento e a execução de ações a médio e longo prazo, promovendo maior estabilidade financeira e, conseqüentemente, fortalecendo as políticas públicas no setor. Além disso, essa medida também demonstra o compromisso do Município com a promoção e



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU
GABINETE DA PREFEITA

proteção dos direitos de crianças e adolescentes, conforme estabelece a legislação federal e o compromisso constitucional de prioridade absoluta a essa parcela da população.

Por essas razões, submete-se este Projeto de Lei à apreciação, reiterando a importância de regulamentar a destinação de parte do ISS ao FMDCA e de reforçar o compromisso municipal com a efetiva implementação dos direitos infanto-juvenis.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GARARU, ESTADO DE SERGIPE,
EM 30 DE OUTUBRO DE 2024.


GILZETE DIONIZA DE MATOS
Prefeita Municipal



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU
GABINETE DA PREFEITA

PROJETO DE LEI Nº 13/2024
DE 30 DE OUTUBRO DE 2024

Dispõe sobre a destinação de percentual dos valores arrecadados de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) e regulamenta o inciso I do art. 57, §3º, da Lei 647/2017.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GARARU, ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Gararu e pelo art. 30, I, da Constituição Federal, submente para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Gararu, o presente Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica estabelecido o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre os valores arrecadados de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), a ser destinado ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

Art. 2º - O percentual de que trata o Art. 1º será recolhido de forma periódica e automática, respeitando o cronograma de repasses municipais, e constará como dotação específica no orçamento anual do Município, em conformidade com as diretrizes orçamentárias.

Art. 3º - Os recursos destinados ao FMDCA, conforme estipulado nesta Lei, serão aplicados conforme as prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e os planos de ação anuais e plurianuais aprovados por este órgão.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se a partir do exercício fiscal subsequente.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU
GABINETE DA PREFEITA

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GARARU, ESTADO DE SERGIPE,
EM 30 DE OUTUBRO DE 2024.**

GILZETE DIONIZA DE MATOS
Prefeita Municipal

Título do documento PROJETO DE LEI Nº 13-2024.pdf

ASSINANTE	DATA ASSINATURA	COMO ASSINOU
Gilzete Dioniza de Matos	30/10/2024 19:13:25	Prefeita

HISTÓRICO DO DOCUMENTO		
DATA	TIPO	REGISTRO
30/10/2024 19:12:43	CRIAÇÃO DE DOCUMENTO	O usuário Gilzete Dioniza de Matos criou o documento do tipo PROJETO DE LEI com o HASH 0200D9E138340B216638643039584891 utilizando o endereço IP 131.161.131.127
30/10/2024 19:13:03	SOLICITAÇÃO DE ASSINATURA	Foi solicitada assinatura para Gilzete Dioniza de Matos utilizando o IP 131.161.131.127
30/10/2024 19:13:25	ASSINATURA REALIZADA	Gilzete Dioniza de Matos assinou o documento de HASH 0200D9E138340B216638643039584891 utilizando o IP 131.161.131.127
30/10/2024 19:13:03	ASSINATURAS ENCERRADAS	As assinaturas do documento de HASH 0200D9E138340B216638643039584891 foram encerradas



A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página da Influir ERP Gararu na internet, no endereço <http://gararu.influirerp.com.br/Autenticidade.aspx> por meio do código de validação ou QRCode.

Assinatura InfluirSign 30/10/2024 19:13:41